



Ampliar o fornecimento de alimentos da agricultura familiar para os RE's da UFPel.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel), enquanto instituição de ensino superior que recebe estudantes de todas as regiões do país, tem tido ao longo dos últimos anos uma especial atenção a questões relativas à assistência estudantil, procurando formas de garantir a permanência de seus acadêmicos e evitar a evasão. Aliadas a aspectos relativos a políticas de qualificação do ensino, pesquisa, extensão e inovação, estratégias de melhoria nas áreas de moradia estudantil, política de bolsas, transporte e alimentação compõe algumas das ações para a manutenção do vínculo à universidade.

Em 2014, uma política em especial chamou atenção na comunidade acadêmica, quando a UFPel passou a comprar insumos para seus restaurantes universitários oriundos da agricultura familiar e, sempre que possível, de produção orgânica. O instrumento que possibilitou tal opção de aquisição de gêneros alimentícios foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma política pública federal que tem entre seus objetivos “promover formação de estoques de alimentos estratégicos; melhorar a qualidade dos produtos da agricultura familiar; incentivar o manejo agroecológico dos sistemas produtivos e/ou a agricultura orgânica, além de promover o resgate e preservação da biodiversidade” (BATISTA et al., 2016, p. 496).

O texto legal, em seu Art. 19, institui o programa com os seguintes fins: incentivar a agricultura familiar; promover a inclusão econômica e social; fomentar a produção sustentável; proporcionar um incremento na geração de renda; incentivar o consumo e valorização de alimentos provenientes da agricultura familiar (BRASIL, 2003). Esses primeiros objetivos buscados pela política pública federal estão em

O foco de nossa pesquisa está em analisar o processo de adesão da UFPel ao Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Essa ação tomada enquanto uma política da organização, um processo de tomada de decisão (*policy*), que proporcionou a implementação de compras de gêneros alimentícios a serem utilizados para a alimentação da comunidade universitária que utiliza os restaurantes escola da Universidade.

consonância com abordagens que entendem as compras governamentais como propulsoras da economia, preocupadas com o impacto social das aquisições, capazes de, pela valorização do pequeno empreendimento, fomentar o desenvolvimento econômico local, a melhoria das condições de vida das pessoas que trabalham e vivem no mundo rural, a valorização da produção familiar e orgânica etc. (Oliveira e Brandão, 2020).

Em tese, as compras [governamentais] possibilitam a ação do governo na promoção do crescimento e desenvolvimento socioeconômico, sendo, portanto, uma ação importante dentro do papel a ser exercido pelo governo na economia (CÂMARA e FROSSARD, 2010, p. 2).

Por ser a administração pública uma grande compradora, tanto pelo seu tamanho e dessa forma o volume envolvido, quanto pela diversidade das atividades que desenvolve, ela tem em tese poderes de aquisição dentro do mercado que poderiam ser usados em benefício do desenvolvimento econômico e social do país, sendo isto exemplo da dimensão social das compras com alcance das finalidades do Estado (*Idem*, p. 4).

Ainda sob a égide do texto legal, vemos a intenção de promover alimentação em qualidade, quantidade e regularidade necessárias a pessoas em situação de insegurança alimentar¹; promover o abastecimento alimentar mediante compras governamentais de alimentação escolar; fortalecer circuitos locais e regionais de redes de comercialização (BRASIL, 2003).

Para além dos objetivos acima, o PAA traz para os gestores uma possibilidade de operacionalização do processo de compras de forma menos burocratizado e regionalmente localizado. Dessa forma, as relações e interesses locais são potencializados no processo de construção de agenda da gestão institucional, na medida em que gestores e possíveis beneficiários da política a ser instituída encontram-se em uma arena discursiva próxima, permitindo um debate de ideias, questões e problemas no local em que tais estão inseridos.

Por parte das potencialidades trazidas a partir da instituição do Programa de aquisição de alimentos é vasta a literatura que se debruça sob o tema². Agostini

¹ “A segurança alimentar e nutricional é o direito que todo cidadão tem de consumir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, de forma que a sua saúde não seja comprometida, possibilitando uma condição de vida normal” (AGOSTINI; BOURSCHIEDT, 2018, p. 276).

² Para o processo de compras institucionais, via PAA, implementado pela UFPel em 2014, Sodré (2016) e Sodré e Salamoni (2016) realizam um estudo avaliativo quanto aos impactos e as

e Bourscheidt (2018) chamam atenção para um ponto interessante do Programa, qual seja, a criação de “importante vínculo de confiança nas regiões nas quais está inserido, uma vez que as entidades beneficiadas recebem alimentos de agricultores que conhecem, tendo mais segurança no que se refere à qualidade dos produtos fornecidos” (AGOSTINI; BOURSCHIEDT, 2018, p. 276).

Salgado *et. al.* (2017) apontam uma série de benefícios trazidos pelo PAA, bem como fazem um levantamento da produção sobre o tema bastante completo. Sodré e Salamoni, estudando o processo de compras via PAA por parte da UFPel, colheram a impressão por parte da executora (UFPel) de que essa modalidade de aquisições favorece a flexibilização no gerenciamento do volume de compras permitindo “uma maior margem de organização e planejamento para o agricultor” (SODRÉ; SALAMONI, 2016, p. 464). Sodré aponta para o aumento da renda familiar proporcionado pelo PAA, a partir da garantia de compra da produção das famílias fornecedoras do programa, o que permite a elas um melhor planejamento financeiro e a obtenção de rendimentos regulares (SODRÉ, 2016, p. 136).

A título de exemplificação de estudos quanto à abrangência do PAA temos a abordagem dos seguintes temas:

- integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2005);
- benefícios à consumidores em situação de insegurança alimentar (AGOSTINI; BOURSCHIEDT, 2018);
- ampliação da importância da atividade rural para o grupo familiar, valorização do papel da mulher e diversificação da produção agrícola (SOUZA; LORETO, 2019; BECKER; SACCO DO ANOS, 2010; SODRÉ, 2016);
- melhoria da qualidade de vida das populações rurais (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010);

percepções geradas em três grupos envolvidos com o programa (fornecedores, mediadores e executores). Já no que toca a um panorama geral dos impactos do PAA no país, Hespanhol (2013), busca compreender a evolução do programa nos seus dez anos iniciais, mostrando aumento da abrangência do mesmo, em que pese as diferenças regionais verificadas.

- incentivo à permanência de jovens na atividade agrícola (SODRÉ, 2016);
- criação de incentivos à permanência no campo (SOUZA; LORETO, 2019);
- valorização do cooperativismo e associativismo (SOUZA; LORETO, 2019; BECKER; ANJOS, 2010; HESPAHOL, 2013);
- ganho em qualidade dos alimentos produzidos e aproveitamento de excedentes (SOUZA; LORETO, 2019);
- inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (SODRÉ, 2106; SODRÉ; SALAMONI, 2016);
- organização dos movimentos sociais rurais e da sociedade civil no intuito de promover aperfeiçoamento e ampliação do programa (HESPAHOL, 2013; BATISTA *et. al.*, 2016);
- aumento na renda obtida pelos produtores rurais (SODRÉ, 2016);
- incentivo a práticas agroecológicas (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010; SODRÉ, 2016).

O que notamos, ao longo da pesquisa, cotejando os dados obtidos com a literatura que trata da avaliação do PAA, bem como com a literatura seminal que suporta nosso esforço, é que na experiência da Universidade Federal de Pelotas, nos anos de 2013 a 2016, os objetivos propostos pela legislação e analisados por outros pesquisadores, em contextos institucionais distintos, encontraram eco nas relações da universidade com a sociedade, tanto do ponto de vista da segurança alimentar e ganhos acadêmicos, quanto do ponto de vista socioeconômico.

Entendemos que, para a UFPel voltar a adquirir gêneros alimentícios aos seus restaurantes escola junto a agricultura familiar, é preciso um processo de tomada de decisão que envolve o interesse da Reitoria e das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis (responsável pela operacionalização dos RE's da universidade), Administrativa (que deveria assumir o processo de compras de alimentos aos RE's) e de Planejamento (responsável pelo assessoramento e por imprimir um caráter de longo prazo à política pública em questão).

E quem se beneficia com a política de aquisição de alimentos proposta?

De forma direta, a comunidade acadêmica da universidade que frequenta os Restaurantes Escola, com especial atenção a estudantes. Contudo, há no caráter da legislação do PAA e na literatura sobre o tema, uma forte percepção de que a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar constitui um processo em que todos os envolvidos saem beneficiados. Por parte da Universidade, a melhoria na qualidade dos alimentos ofertados concorre para mitigar o índice de evasão e abandono escolar. Também responde à necessidade de que a instituição atente ao seu papel de propulsora do desenvolvimento econômico e social da região de abrangência de suas ações.

Por parte dos agricultores familiares da região, fornecedores dos gêneros agrícolas adquiridos pela UFPel, será possível concorrer para a melhoria nas condições de vida e produção dos mesmos, a partir da geração de emprego, do incremento da renda, da criação de condições favoráveis à permanência em sua

atividade produtiva e, por consequência, minimização do êxodo rural e do fortalecimento do sistema cooperativo como forma de produção e comercialização de pequenas propriedades rurais.

É preciso reforçar uma constatação a que chegamos a partir do conjunto de entrevistas utilizadas nesse trabalho. De maneira geral, em algum momento das falas, agricultores, técnicos, gerentes e gestores manifestaram seu descontentamento, em maior ou menor grau, com o fato de que, atualmente, as refeições servidas nos RE's possuem em seus ingredientes o mínimo legal de 30% de produtos da agricultura familiar. Em março de 2018 a UFPel assinou o contrato nº 02/2018 (processo SEI nº 23110.008201/2017-60), para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de alimentação coletiva, constando no item 5.1.25, das obrigações da contratada, a exigência de que “no mínimo 30% da conta insumos deverão ser adquiridos da agricultura familiar, conforme regulamenta a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, Decreto nº 8473/2015, Decreto nº 7775/2012 e Resolução do MDA nº 50/2012” (UFPel, 2018, s.p.). O contrato tem validade prorrogada pelo 6º termo aditivo até a data de 06 de março de 2022.

Do ponto de vista dos extensionistas da EMATER, da gerente dos RE's Moema Zambiazi e dos presidentes das cooperativas COOPAMB e CAFSUL, embora não seja desconhecido a intenção da UFPel de continuar comprando da agricultura familiar local, não há condições concretas, a partir do contrato acima, de garantir que a maioria dos insumos servidos nos restaurantes tenham proveniência dessas unidades agrícolas. Na perspectiva desses interlocutores, o caráter comercial do vínculo entre a empresa vencedora do processo licitatório e a universidade favorece a busca, por parte da contratada, de produtos com o menor preço, notadamente àqueles comercializados por atacadistas, produtores em larga escala e, não raras vezes, provenientes de outros centros produtivos que não a região sul do Estado. Assim, o que se verifica é que não há esforço para extrapolar o mínimo legal, reestabelecendo as condições

existentes nos anos abarcados por nosso estudo, quando, conforme indicado por Vagner Vargas (Gerente dos RE's), em determinados dias, 90% da alimentação servida nos RE's era orgânica.

O extensionista rural, vinculado a EMATER, reconhece o empenho da gestão pós 2016, em que pese demonstre uma crítica ao processo, conforme suas palavras

A relação com a atual gestão [2016-2020] é uma relação boa [...], extremamente empenhados para que se compre da agricultura familiar, mas se montou, dentro do possível, um processo que é na lógica da iniciativa privada. Por outro lado, não se está fazendo grandes debates com a universidade, sobre essas compras hoje, porque o volume está muito pequeno em função da pandemia que acho que não vale a pena a gente gastar energia agora. Agora, quando voltarem às aulas, acho que a gente vai ter que sentar de novo com a gestão da UFPel e talvez rever algumas coisas (informação verbal)¹.

Germano Pollnow, vinculado ao Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), exemplifica a compreensão que surge em outros depoimentos quanto ao fato de que a UFPel, ao propor um modelo de terceirização dos serviços dos RE's, buscou adequar-se às orientações e determinações dos órgãos de controle federais, embora alerte para a perda de espaço que a agricultura familiar sofreu no fornecimento de gêneros alimentícios à universidade.

Meu contraponto a isso vai no sentido de que, muitas vezes no nível superior da administração pública, nesse caso o TCU, enxerga-se estritamente a questão financeira, econômica, de prestação de contas, mas falta um entendimento maior e uma aproximação com a sociedade para ver benefícios de uma experiência como essa [...]. Então, se perdeu um espaço importante de comercialização, que eu acho que as terceirizadas mantiveram em alguma medida, mas muito menor do que foi [na gestão anterior] (informação verbal)².

Relembremos, como discutido até aqui, que a adesão da universidade ao PAA como sistema de compras dos seus RE's, nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, trouxe uma série de benefícios aos diferentes agentes envolvidos nesse processo, dos quais ressaltamos:

¹ Entrevista concedida ao autor pelo engenheiro agrônomo da UCP-EMATER, em 17 de junho de 2021.

² Entrevista concedida ao autor pelo engenheiro agrônomo do CAPA, Germano Pollnow, em 15 de junho de 2021.

- melhoria na qualidade dos gêneros alimentícios servidos à comunidade universitária;
- melhoria nas condições de vida e produção dos agricultores familiares da região;
- fortalecimento do sistema cooperativo como forma de produção e comercialização de pequenas propriedades rurais;
- incremento na renda dos agricultores familiares da região;
- criação de condições favoráveis à permanência de agricultores em sua atividade produtiva e, por consequência, minimização do êxodo rural;
- qualificação das discussões dos currículos da universidade a partir da problematização de questões como latifúndio x minifúndio, alimentação orgânica x produção a partir do uso de agrotóxicos e valorização da produção e culturas locais;
- aproximação da universidade com a comunidade regional, a partir do diálogo e da inclusão de atores externos no processo de construção de políticas públicas;
- resposta qualificada da universidade quanto a necessidade de sua inserção enquanto agente de desenvolvimento social e econômico das comunidades onde atua.

A título de exemplificação da importância econômica do PAA, nos anos analisados, observemos os gráficos abaixo:

Gráfico 01 – Recursos investidos pela UFPel em compras realizadas a partir do PAA.

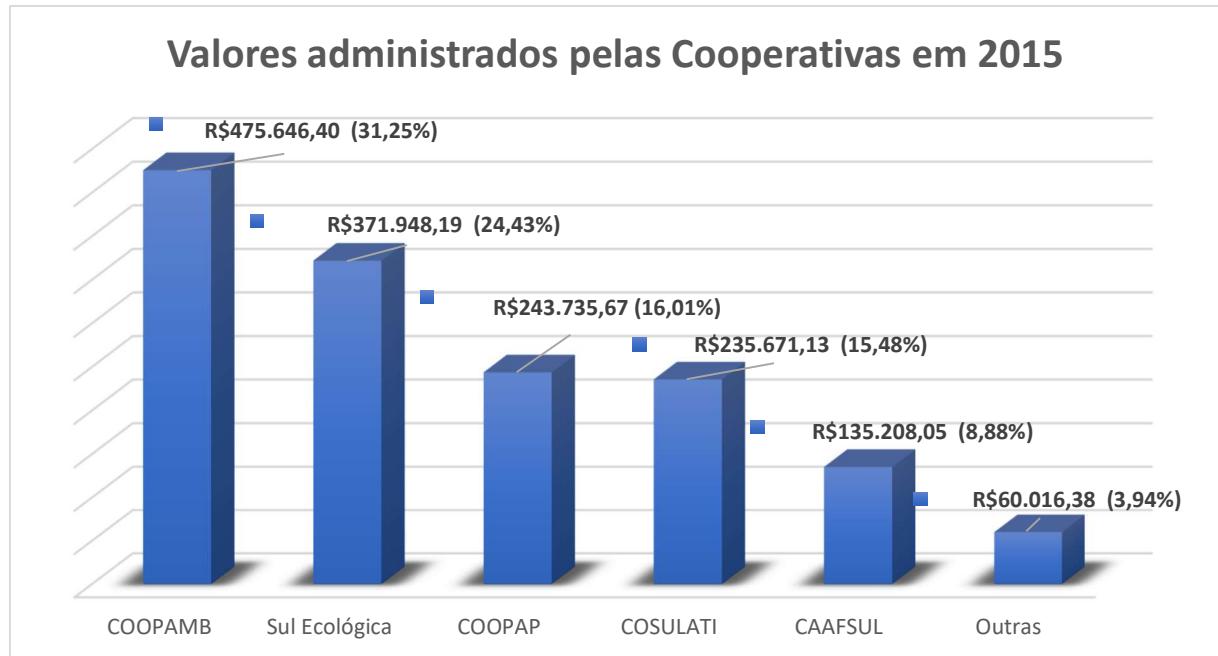


Fonte – Elaboração do autor a partir de planilhas fornecidas pela Fundação de Apoio Universitário.

Os dados do gráfico 1, obtidos a partir das planilhas de pagamentos da Fundação de Apoio Universitário, apontam para um dos aspectos elencados acima, qual seja, a **importância econômica da inversão de recursos feita pela universidade na aquisição de gêneros alimentícios junto à agricultura familiar**. O que vemos aqui é que a compra de gêneros alimentícios representa significativo valor financeiro que pode, a partir da opção de gestores e das possibilidades trazidas pela legislação, ser investido na produção local, gerando o que depoentes vinculados às cooperativas, EMATER e CAPA identificaram como de importância ímpar para os pequenos agricultores familiares.

Por outro lado, ao analisarmos o gráfico 2, percebemos que a aquisição junto a cooperativas de agricultores familiares fortalece esse modelo de organização no campo e, como aponta a literatura utilizada na presente dissertação e as constatações a que chegamos a partir dos depoimentos, o **fortalecimento da produção familiar**, com todas as consequências elencadas acima.

Gráfico 02 – Recursos investidos pela UFPel: valores por Cooperativas (ano base 2015).



Fonte – Elaboração do autor a partir de planilhas fornecidas pela Fundação de Apoio Universitário.

Também como modelo exemplificativo, como alerta o engenheiro agrônomo vinculado ao CAPA, quando do surgimento do PAA (2003) e do estabelecimento do PNAE (2009), foram ampliadas as possibilidades de venda de produtos da agricultura familiar, a partir da possibilidade de compras diretas por prefeituras, órgãos públicos em geral e, por conseguinte, universidades como a UFPel. Para ele, o processo de compras da agricultura familiar é uma atitude também pedagógica, na medida em que oferecer um “buffet com a foto do agricultor, com banner, com origem e os estudantes observando aquilo ali, vendo, vivendo, discutindo e

Restaurante Escola. Campus Capão do Leão. Julho de 2014.



Fonte: Coordenação de Comunicação Social da UFPel

internalizando é revolucionário e aí tu crias consciência, por que tu tens um público universitário que é multiplicador" (informação verbal)³.

Um outro argumento substancial, para defendermos que alimentos fornecidos nos RE's da UFPel tenham procedência da agricultura familiar da região em que a universidade está sediada, diz respeito aquilo que Desimon ressalta em sua fala quanto a **aceitação dos alimentos por parte do público alvo**, em sua maioria os estudantes universitários. Essa constatação apareceu também nas falas dos demais depoentes, com especial ênfase à Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e aos gerentes dos restaurantes, Moema e Vagner.

Os próprios alunos identificavam uma melhora na qualidade. Então tu evitavas todo aquele transporte de produtos que vinham, às vezes, de outras regiões, produtos viajados. Além de tu atacar toda a questão do transporte, da poluição, tu fomentavas a economia local e trazia alimentos de maior qualidade pelo próprio distanciamento entre a produção e a entrega, muito mais rápido [...]. [Com] mais aceitação, houve o aumento inclusive no número de alunos que passaram a procurar os restaurantes pela qualidade da comida (informação verbal)⁴.

³ Entrevista concedida ao autor pelo engenheiro agrônomo do CAPA, em 09 de julho de 2021.

⁴ Entrevista concedida ao autor pela Coordenadora da Unidade de Cooperativismo da EMATER, Médica Veterinária Sônia Desimon, em 12 de julho de 2021.

Com a retomada dos parâmetros de compras alcançados nos anos de 2013 a 2016, junto à agricultura familiar da região, acreditamos que **será possível proporcionar**:

- a melhoria da **qualidade nutricional** dos alimentos ofertados à comunidade acadêmica da UFPel;
- **segurança alimentar** aos estudantes da universidade;
- o incentivo à **produção agrícola de base agroecológica** ambientalmente correta;
- **melhorias nas condições de vida** dos agricultores familiares;
- a valorização e **estímulo da atividade rural familiar**;
- o fortalecimento do tecido social;
- o incremento da cadeia produtiva local;
- o **incremento da renda dos agricultores** familiares;
- a **valorização da região sul**, na qual está inserida a UFPel;
- a diversificação da produção;
- a **manutenção dos agricultores no campo**, em contraposição a tendência de êxodo rural;
- a melhoria na autoestima dos agricultores familiares;
- o **fortalecimento do sistema cooperativo**.

Como chegamos na situação que pretendemos alterar?

Na Universidade Federal de Pelotas, desde o ano de 2009, a gestão dos restaurantes escola fora feita a partir de convênio assinado com a Fundação de Apoio Universitário (FAU). O instrumento de formalização do Programa Interdisciplinar de Restaurante Escola (PIRES), previa que, dentre outras atividades, a contratação de trabalhadores e a compra de insumos aos restaurantes deveriam ser feitas pela FAU, mediante repasse regular de recursos por parte da universidade.

Tal situação, que perdurou até o início do ano de 2018, passou a chamar atenção dos órgãos de controle externo. Para a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal, o repasse de recursos destinados a proporcionar a contratação de mão de obra, o aluguel de espaços, a aquisição de gêneros alimentícios, seu processamento e serviço à comunidade acadêmica encontrava-se em desacordo com a legislação e as normativas que regem a contratação de serviços e as relações entre universidade e sua fundação de apoio. Assim, o TCU acabou por determinar que os serviços dos Restaurantes Escola fossem contratados via processo licitatório extinguindo, por consequência, o contrato com a FAU.

Dessa forma, como vimos acima, a empresa licitada deixou de ter compromisso com a aquisição de alimentos da agricultura familiar em percentual superior aos mínimos legais, estipulados em 30%.

Por outro lado, como observamos na análise situacional de nossa dissertação, entre os anos de 2013 a 2016, a gestão da UFPel dedicou-se a utilização plena das potencialidades trazidas pelo PAA, orientando a Fundação de Apoio Universitário a comprar o máximo disponível de alimentos junto a agricultura familiar da região. Em dados momentos, conforme relatos dos gerentes dos RE's, entre 80 e 90% dos insumos atendiam a esse critério, o que significou melhorias importantes para os produtores familiares, suas famílias e comunidade.

A partir de 2017 e do processo licitatório que resultou no contrato nº 02/2018 (processo SEI nº 23110.008201/2017-60), houve uma diminuição drástica

em relação às compras via PAA. Em especial, derivado do fato de que tal contrato prevê que a empresa fornecedora do serviço de alimentação nos RE's esteja responsável por todo o processo, desde a compra até o momento de servir aos consumidores finais.

Recomendações de intervenção

Feita essa breve recapitulação dos impactos do PAA e a partir da constatação de que não há, no presente momento, ação administrativa no sentido de qualificar a oferta de alimentação nos RE's via compra de insumos da agricultura familiar, com ênfase à produção orgânica, passamos a propor, a título de intervenção, o que segue:

5. Considerando que a Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que incorpora os regramentos da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, estabelecem as diretrizes para compras de gêneros alimentícios junto à agricultura familiar, por parte de órgãos da Administração Pública Federal;
6. Considerando os ganhos proporcionados por esse modelo de compras, elencados na breve exposição de motivos que acompanha essa proposta de intervenção;
7. Considerando que o uso de recursos públicos é também permeado por definições políticas e que, cabe aos gestores, otimizar tal uso no sentido de contribuir para o desenvolvimento social e econômico da localidade onde o órgão público está inserido;
8. Considerando a expertise da UFPel em utilizar-se do PAA, de forma exitosa, como modalidade de compras de gêneros alimentícios aos seus restaurantes escola, em período próximo passado (2013-2018);

Vimos, respeitosamente, sugerir que a UFPel envide esforços no sentido de voltar a adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar regional, que possam ser servidos nos restaurantes escola da universidade, num percentual que

busque se aproximar do quantitativo total necessário (100%) e não apenas o atendimento do mínimo legal (30%).

Tal possibilidade se apresenta como viável a partir:

- ou da repactuação do contrato com a prestadora de serviço, em março de 2022, estabelecendo a necessidade de que ela aumente a aquisição de gêneros através do PAA, mesmo que de forma gradativa, buscando o percentual máximo e/ou;
- de relegar à prestadora de serviço o papel de gestão dos restaurantes, produção das refeições e serviço das mesmas, trazendo para o âmbito da administração universitária, a partir da Pró-Reitoria Administrativa, a tarefa de aquisição dos gêneros alimentícios, utilizando-se das possibilidades trazidas pela legislação do PAA e/ou;
- do estabelecimento de um novo processo licitatório em que esteja previsto que os gêneros alimentícios deverão ser comprados, em sua totalidade (sempre que possível) junto a agricultura familiar, via PAA.

Paulo Luiz Crizel Koschier (Mestrando) – paulo.koschier@gmail.com

Márcio Barcelos (Orientador) – barcelosmarcio@gmail.com

27 de setembro de 2021

Referências Bibliográficas.

AGOSTINI, Cíntia; BOURSCHIEDT, Henrique José. A Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos Municípios do Vale do Taquari (RS): uma análise da percepção dos executivos municipais. Piracicaba: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 56, nº 02, 2018, p. 275-292. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20032018000200275&lng=en&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em 09 de abril de 2021.

ALONSO, Ângela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS Jr., Jaime. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016, p. 08-23.

ANJOS, Flávio Sacco dos; POLLNOW, Germano Ehlert; MENEZES, Gabrielito Rauter; CALDAS, Nádia Velleda; SILVEIRA, Danielle Farias da. Family farming and institutional markets: analysis of the perception of Universidade Federal de Pelotas restaurant goers about a preferential shopping system. In: **Ciência Rural**. Santa Maria (RS), v. 49 (12), 2019, p. 1-7. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cr/a/G4RnF4CKqYqxFm9XtRTnRpP/abstract/?lang=en>. Acesso em 24 de junho de 2021.

ASSIS, Lilian Bambirra de Assis; PAULA, Ana Paula Paes de. Gestão Social e Bildung: reflexões sobre a importância da formação para a democratização no setor público. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 2, p. 57-64, 2014. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/29591/gestao-social-e-bildung--reflexoes-sobre-a-importancia-da-formacao-para-a-democratizacao-no-setor-publico/i/pt-br>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

AVRITZER, Leonardo. Participação na democracia brasileira: a hegemonia popular e a inovação do protesto da classe média. **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2017. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650170>. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

BARCELOS, Márcio. **Ideias, agendas e políticas públicas**: um estudo sobre a área de biocombustíveis no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Lucimar M. G.; RIBEIRO, Sônia M. R.; SANTOS, Ricardo H. S.; ARAÚJO, Raquel M. A.; RIBEIRO, Andréia Q.; PRIORE, Silvia E.; DELLA LÚCIA, Ceres M.; LANA, Rogério de P.; GASPARONI, Gisely P. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, 2016, p. 494-504. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/118317>. Acesso em 03 de julho de 2020.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editors). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 189-217.

BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan. **Agendas and instability in American politics**. University of Chicago Press. Chicago, 1993.

BECKER, Cláudio; ANJOS, Flávio Sacco dos. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, em municípios do sul gaúcho. Campinas: **Segurança Alimentar e Nutricional**, 17 (1), 2010, p. 61-72. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634800>. Acesso em 02 de julho de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 129, p. 3-6, 5 jul. 2012. Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=05/07/2012>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS.

Presidência da República. Brasília, 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm, Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 117, p. 9-10, 22 jun. 2015. Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/06/2015&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=168>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 126, p. 01-03, 03 jul. 2003. Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/07/2003&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=136>. Acesso em 02 de julho de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 199, p. 01-03, 17 out. 2011. Disponível em <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/10/2011&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=112>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! [Cartilha]. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2012. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cartilha-paa-2010.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012.** Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA. Brasília: MDS, 2012.

CALAZANS, Dinara L. M. S.; ARAÚJO, Afrânio G. de; FREITAS, Jessicley F. de; BARBOSA, Alexandre H. de A.; LIMA, Rony S. G. de. Avaliação de fornecedores no contexto das compras públicas. Um ensaio sobre a perspectiva dos restaurantes universitários. In: ARAÚJO, Maria A. D. de; ARAÚJO, Fábio R. de. **Compras na administração pública: processos, transparência e sustentabilidade em aquisições e contratações.** Natal: EDUFRN, 2020, v. 2.

CALMON, Paulo Carlos Du Pin; COSTA, Marcelo Marchesini da. Análise de Políticas Públicas no Brasil: estudos sobre a formação de agenda governamental. In: **XXXI Encontro da ANPAD.** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-B890.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2021.

CÂMARA, L. M.; FROSSARD, L. B. de M. Poder de compras da Administração Pública federal: novas perspectivas para o debate acadêmico. In: Encontro de Administração Pública e Governança. 2010, Vitória. **Anais [...].** Vitória, EnAPG, 2010, p. 2-16.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: ideias, interesses e mudanças. **Cadernos EBAPE.BR.** Rio de Janeiro, v. 14, Edição Especial, p. 486-505, jul. 2016.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, 2004, p. 47-71. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004. Acesso em 15 de abril de 2021.

_____. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. São Paulo, **BIB**, nº 61, p. 25-52, 1º semestre de 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Porto Alegre, 2003, **RBCS**, Vol. 18, nº 51, p. 21-29. Disponível em

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100004&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em 20 de abril de 2021.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 21, p. 211- 259, jun de 2000.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editors). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 64-89.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, June 1995. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&tlang=en&nrm=iso. Acesso em 04 de agosto 2020.

GUERRA, Júnia Fátima do Carmo Guerra; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Gestão pública societal e gestão social: análise de aproximações e distanciamentos na práxis de uma política pública. **Pensamento & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 5-20, 2012. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43582/gestao-publica-societal-e-gestao-social--analise-de-aproximacoes-e-distanciamentos-na-praxis-de-uma-politica-publica/i/pt-br>. Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é uma questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, agosto de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200010&tlang=en&nrm=iso. Acesso em 04 de agosto de 2020.

HAAS, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. In: HAAS, Peter M. **Knowledge, Power, and International Policy Coordination**. Massachusetts: The MIT Press, 1992, 1-35. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2706951?seq=1>. Acesso em 07 de abril de 2021.

HENTZ, Carla; HESPAÑOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla.

Florianópolis: **Geosul**, v. 34, n. 72, 2019, p. 415-434. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n72p415>. Acesso em 09 de abril de 2021.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Uberlândia: **Sociedade e Natureza**, 25 (3), 2013, p. 469-483. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132013000300003. Acesso em 08 de abril de 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Informação estatística e políticas públicas: avanços e retrocessos. In: FIOCRUZ. **Conversas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bROCWeVzvvo>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Harlow (UK): Pearson Education Limited, 2014.

_____. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAIVA, Enrique, FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**, v. 1, p. 219-224. Brasília: ENAP, 2006a.

_____. Juntando as coisas. In: SARAIVA, Enrique, FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**, v. 1, p. 225-245. Brasília: ENAP, 2006b.

LIMA, Luiz Antônio de. A representação das múltiplas dimensões paradigmáticas no estudo da administração: um ensaio sobre os limites contidos nas defesas paradigmáticas excludentes. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 15, n. 2, p. 198-208, abr. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04 de agosto de 2020.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS Jr., Jaime. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016, p. 24-41.

MANSANO, Sônia Regina Vargas. O método qualitativo nos estudos sociais aplicados: dimensões éticas e políticas. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 34, p. 119-136, 2014. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/28776/o-metodo-qualitativo-nos-estudos-sociais-aplicados--dimensoes-eticas-e-politicas/i/pt-br>. Acesso em 14 de agosto de 2020.

MELLO, Gabriel Alves Botelho; BILHEIRO, Livea Cristina Rodrigues; PORTILHO, Elilene; MAREJOWICZ, Nidia; DIAS, Anelise. Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: inclusão social e fortalecimento da agricultura familiar. In: **Cadernos de Agroecologia – anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Sergipe, v. 15 (2), p. 1-7, 2020. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/3246>. Acesso em 24 de junho de 2021.

MONTANARI, Ivan. O Sistema Nacional de Cultura, seus Componentes e a Gestão Pública de Cultura: Perspectivas Societais e Gerenciais . **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 3, p. 148-167, 2019. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/56212/o-sistema-nacional-de-cultura--seus-componentes-e-a-gestao-publica-de-cultura--perspectivas-societais-e-gerenciais-i/pt-br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, Luciana de M.; BRANDÃO, Pâmela de M. Compras institucionais para aquisição de alimentos da agricultura familiar. Avaliação do processo de implementação do PAA na UFRN. In: ARAÚJO, Maria A. D. de; ARAÚJO, Fábio R. de. **Compras na administração pública: processos, transparência e sustentabilidade em aquisições e contratações**. Natal: EDUFRN, 2020, v. 1.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10995/administracao-publica-brasileira-entre-o-gerencialismo-e-a-gestao-social/i/pt-br>. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

_____. Estudos organizacionais críticos e pensadores nacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 3, p. 410-413, 2015. Disponível em

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/36189/estudos-organizacionais-criticos-e-pensadores-nacionais-i/pt-br>. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

_____. Em Busca de uma Ressignificação para o Imaginário Gerencial: Os Desafios da Criação e da Dialogicidade. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 2, p. 18-41, 2016. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/40969/em-busca-de-uma-ressignificacao-para-o-imaginario-gerencial--os-desafios-da-criacao-e-da-dialogicidade/i/pt-br>. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

_____; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no EnAPG (1990-2014). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, p. 744-758, 2016. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/42638/inovacoes-institucionais-participativas--uma-abordagem-exploratoria-da-producao-brasileira-em-administracao-publica-na-rap-e-no-enapg--1990-2014--i/pt-br>. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 4ª Edição. Lisboa: Gradativa – Publicações Ltda. 2005.

RECONSTRUÇÃO, Movimento. **Programa de Gestão**. UFPel, Pelotas, 2012. Disponível em <http://reconstrucaoufpel.blogspot.com/p/programa.html>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

RODRIGUES NETO, Damasio Duval. **Formação de agenda em uma universidade pública**: a construção da questão das ações afirmativas. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SALGADO, Rafael J. dos S. F.; SILVA, Edson A.; FERREIRA, Marco A. M.; CUNHA, Wellington A.; SANTOS, Luana F. dos. Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. Piracicaba: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 55, nº 4, 2017, p. 661-678. Disponível em

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000400661. Acesso em 3 de julho de 2020.

SCHMITT, Claudia Job. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, 2005, p. 78-88. Disponível em <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/539>. Acesso em 13 de abril de 2021.

SILVEIRA, Danielle Farias da; HIRAI, Wanda Griep; SANTOS, Alan Cardoso Marques dos; ANJOS, Flávio Sacco. Alimentos da agricultura familiar chegando às universidades: análise comparativa das compras institucionais no âmbito da UFPel e UFAL. In: SILVA-MATOS, Raissa Rachel Salustiano da; LOPES, Jane Mello; SILVA, Taciella Fernandes (orgs.). **Desafios e impactos das ciências agrárias no Brasil e no mundo**. Ponta Grossa (PR): Atena, 2021. Disponível em <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/4119>. Acesso em 24 de junho de 2021.

SODRÉ, Maiara Tavares. **Políticas públicas para o sistema agrário familiar e as interfaces com o desenvolvimento territorial rural: um estudo sobre as repercussões do PAA e PNAE no município do Pelotas/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2016.

_____ ; SALAMONI, Giancarla. A coexistência do pensamento cartesiano e sistêmico: as limitações territoriais enfrentadas pelo PAA e PNAE em Pelotas/RS. Uberlândia: **Sociedade & Natureza**, 28 (3), 2016, p. 457-471. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132016000300457&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em 08 de abril de 2021.

SOUZA, Ariane Figueiredo; LORETO, Maria das Dores Saraiva. Representações sociais de lideranças institucionais brasileiras sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise lexicográfica. Curitiba: **Brasilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, 2019, p. 7808-7822. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/2144>. Acesso em 03 de julho de 2020.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Salvador (BA): Fundação Luiz Eduardo Magalhães, 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2021.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SUBIRATS, Joan. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: SARAIVA, Enrique, FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**, v. 1, p. 199-218. Brasília: ENAP, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **RAP**, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/13110/gestao-social--uma-perspectiva-conceitual/i/pt-br>. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

_____; ROZENBERG, Jacob Eduardo. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **RAP**, v. 31, n.4, p. 101-125, jul./ago. 1997. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/13268/gestao-publica-e-cidadania--metodologias-participativas-em-acao/i/pt-br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Missão, Visão e Estatuto**. Pelotas: Portal Institucional, s.d. Disponível em <https://portal.ufpel.edu.br/>. Acesso em 06 de março de 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WU, Xun et. al. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014.

Entrevistas:

Núcleo de Gestão:

Mauro Augusto Burker Del Pino, Reitor a Universidade Federal de Pelotas – Entrevista concedida em 02 de junho de 2021.

Ediane Sievers Acunha, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UFPel – Entrevista concedida em 09 de junho de 2021.

Antônio Carlos de Freitas Cleff, Pró-Reitor Administrativo da UFPel – Entrevista concedida em 23 de junho de 2021.

Operacionalizadores do Programa:

Cristiano Guedes Pinheiro, Presidente da Fundação de Apoio Universitário – Entrevista concedida em 19 de junho de 2021.

Vagner de Souza Vargas, gerente do Restaurante Escola – Entrevista concedida em 24 de junho de 2021.

Moema Zambiasi, gerente dos RE's – Entrevista concedida em 02 de julho de 2021

Órgãos de Assessoramento Técnico dos Agricultores Familiares e Cooperativas.

Germano Ehlert Pollnow, engenheiro agrônomo do CAPA – Entrevista concedida em 15 de junho de 2021.

Rita Miriam Gonçalves Surita, coordenadora do CAPA – Entrevista concedida em 17 de junho de 2021.

Engenheiro agrônomo do CAPA – Entrevista concedida em 09 de julho de 2021.

Extensionista Rural, engenheiro agrônomo da UCP, EMATER-RS – Entrevista concedida em 17 de junho de 2021.

Extensionista Rural, administrador da UCP, EMATER-RS – Entrevista concedida em 17 de junho de 2021.

Sônia Desimon, médica veterinária, Coordenadora da UCP, EMATER-RS – Entrevista concedida em 12 de julho de 2021.

Cooperativas de Produtores Rurais.

Egon Martin Hellwig, presidente da COOPAMP – Entrevista concedida em 05 de julho de 2021.

Roni Goularte Silveira, presidente da CAFSUL – Entrevista concedida em 08 de julho de 2021.

Processo e correspondência eletrônicos

Contrato nº 02/2018, processo SEI nº 23110.008201/2017-60, disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/sei/>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

Fundação de Apoio Universitário. **Demonstrativo de Receitas e Despesas do Convênio Restaurante Escola nos anos de 2013, 2014 e 2015**. Destinatário: Paulo Luiz Crizel Koschier. Pelotas, 20 de julho de 2020. E-mail. Disponível em <https://mail.google.com/mail/u/0/?pli=1#search/leila.soares%40fundacoesufpel.com.br/KtbxLwgsvtHgdgZZHBwffWSDhFfGwpGMZL>. Acesso em 20 de julho de 2020.

Convênio nº 20/2009, Programa Interdisciplinar de Restaurante Escola – PIRES. Processo 23110.007085/2009-51, disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/sei/>. Acesso em 20 de julho de 2020.